

MOÇÃO DE APOIO À SENADORA ANA PAULA LOBATO

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulheres – CNDM, órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa, criado pela Lei nº 7.353, de 29 de agosto de 1985 e regulamentado pelo Decreto Nº 6.412, de 25 de março de 2008, cuja finalidade é formular e propor diretrizes de ação governamental voltadas à promoção dos direitos das mulheres e atuar no controle social de Políticas Públicas de igualdade de gênero, vem a público manifestar seu total apoio à posição assumida pela senadora Ana Paula Lobato (PSB/MA), expressa no ofício nº 68/2023, encaminhada ao CMN (Conselho Monetário Nacional) para exigir a remoção de Roberto Campos Neto da Presidência do Banco Central.

A posição da senadora corrobora a luta histórica de amplos setores da sociedade brasileira, destacadamente dos movimentos, que desde os anos 1990, se organizam para lutar contra as dívidas, que sugam os recursos necessários para atender as necessidades de saúde, educação, moradia para o nosso povo. A ausência desses recursos penaliza de forma cruel as mulheres que necessitam de políticas públicas para atendimento de seus direitos. As dívidas consomem hoje mais de 45% do orçamento público, só em pagamento dos serviços. E a manutenção da taxa de juros em patamares tão elevados, só continuará drenando recursos do povo para enriquecer mais ainda os 1% mais ricos deste país. Juros a 13,75% não encontram nenhum respaldo em uma política econômica que procura retomar o crescimento.

Declaramos ainda nosso total repúdio aos ataques misóginos e covardes dirigidos às parlamentares no exercício de sua função. E declaramos que a coragem e o firme posicionamento da senadora Ana Paula honra a todas nós. E desrespeitá-la atinge a todas nós, mulheres.

Assim também, por defendermos a vida acima da dívida, concordamos com sua crítica à persistente manutenção das altas taxas de juros e a punição ao presidente do órgão, Campos Neto, que está ali defendendo os interesses do grande capital rentista.

E que mais vozes se levantem dentro do Parlamento para fortalecer a luta da senadora, como o fez o senador Randolfe Rodrigues.

Brasília, 28 de junho de 2023.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER